

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL  
CRIMINAL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX**

**Autos n.º XXXXXX**

**FULANO DE TAL**, já devidamente qualificado nos autos, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

**ALEGAÇÕES FINAIS**

nos termos que passa a expor.

O Ministério Público ofereceu denúncia em desfavor do réu, imputando-lhe a prática do crime descrito no artigo 309 do Código de Trânsito Brasileiro porque, segundo a denúncia, no dia DATA, na Rodovia TAL, altura do ENDEREÇO, teria dirigido veículo automotor, em via pública, sem a devida permissão para dirigir ou habilitação, gerando perigo de dano (fls. X).

O documento de fl. X indica que o réu não é habilitado.

O réu foi citado. Em audiência realizada em DATA foi oferecida resposta à acusação e a denúncia foi recebida (fl. X). Na mesma assentada foram colhidos os depoimentos das testemunhas FULANA DE TAL (fl. X) e FULANA DE TAL (fl. X). Na data XXX foi colhido o depoimento da testemunha FULANO DE TAL (fl. X). Por fim, na data de DATA foi colhido o depoimento da testemunha FULANO DE TAL (fl. X).

A revelia foi decretada à fl. X.

Em sede de alegações finais, o Ministério Público requereu a procedência da pretensão punitiva (fls. X).

Com o devido respeito, porém, a pretensão constante na denúncia não merece prosperar.

De início, a verdade é que não restou devidamente demonstrado nos autos que o perigo de dano descrito na denúncia decorreu da ausência da permissão ou habilitação para conduzir veículo automotor.

A testemunha FULANO DE TAL afirmou se recordar dos fatos. Disse que estava realizando fiscalização e que por isso teria sido feito desvio com cones na via pública. Afirmou que o réu furou o bloqueio e que nesse momento iniciou-se a perseguição. Relatou que permaneceu no posto e que após cerca de 40 ou 50 minutos, seus colegas retornaram com FULANO DE TAL. Nada contribuiu, portanto, com o esclarecimento dos fatos.

A testemunha FULANA DE TAL disse que estava de garupa na moto. Afirmou que FULANO DE TAL não percebeu que o agente tinha dado ordem de parada. Contou que ouviu um disparo, momento no qual o réu parou o veículo. Afirmou que FULANO DE TAL conduzia a motocicleta de forma normal. Entre a passagem do posto e a volta passaram-se cerca de 10 minutos.

FULANA DE TAL, portanto, garantiu que o réu conduziu a motocicleta da forma habitual, vale dizer, sem oferecer perigo de dano.

A testemunha FULANO DE TAL disse que perseguiu o réu por 3 ou 4 quilômetros. A motocicleta passou de 100 km/h. Garantiu que o réu tinha plena consciência de que era perseguido. Disse também que o veículo foi abordado e que o réu disse que fugiu porque não era habilitado.

Já a testemunha FULANO DE TAL disse que o réu se evadiu do bloqueio e passou entre os cones. Afirmou que por diversas vezes pediram para ele parar. Quase tiveram que jogar a viatura para cima de FULANO DE TAL. Pelo que se recordou, a perseguição foi por 2 ou 3 quilômetros. Garantiu que o réu fazia “zig-zag”, trafegava pelo acostamento, inclusive pela contramão. Contou que havia outros veículos na pista. FULANO DE TAL lhe disse que se evadiu da fiscalização porque não era habilitado.

Como se viu, a verdade é que não há qualquer prova no sentido de que a ausência de habilitação ou permissão para dirigir veículo automotor tenha, de qualquer forma, gerado perigo de dano.

Ausente prova do nexo causal entre a ausência de habilitação ou permissão para dirigir e o perigo de dano, não há que se falar na conduta

descrita no artigo 309 do CTB, sob pena de responsabilidade objetiva. Vale lembrar que tal delito exige que o dano tenha sido produzido **em razão da ausência da autorização legal para dirigir.**

Nesse sentido:

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL. DIRIGIR SEM HABILITAÇÃO, CAUSANDO PERIGO DE DANO CONCRETO. INADEQUAÇÃO TÍPICA. AUSÊNCIA DE PROVA DA CULPA DO ACUSADO PELO ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. PERIGO DE DANO CONCRETO NAO CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. **1.OS FATOS NARRADOS NÃO SE AMOLDAM À CONDUTA DESCRITA NO ARTIGO 309, DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, PORQUANTO NÃO BASTA ESTAR O CONDUTOR DIRIGINDO SEM HABILITAÇÃO. NECESSÁRIO QUE SUA CONDUTA CONFIGURE PERIGO DE DANO CONCRETO.** 2.EMBORA O ACUSADO TENHA CONFESSADO ESTAR DIRIGINDO SEM HABILITAÇÃO, O QUE FOI CONFIRMADO POR TESTEMUNHA (FLS. 113), A PROVA DOS AUTOS NÃO É SUFICIENTE PARA DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE PERIGO DE DANO CONCRETO. **APENAS O ENVOLVIMENTO DO RÉU EM ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO, SEM RESTAR COMPROVADO QUE TENHA DADO CAUSA À COLISÃO, É INSUFICIENTE PARA CARACTERIZAR A CONDUTA DELITIVA, MÁXIME SE O CONJUNTO PROBATÓRIO FAZ PRESUMIR TENHA SIDO TEMERÁRIA A CONDUTA DO MOTORISTA DO OUTRO VEÍCULO, QUE, EM VERDADE, INTERCEPTOU A TRAJETÓRIA DO ACUSADO PARA CONVERGIR À ESQUERDA.** 3.Diante da inadequação típica, irretocável a absolvição do acusado. 4.RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO, SENTENÇA MANTIDA. JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL. DIR (Acórdão n.732773, 20101210022447APJ, Relator: CARLOS ALBERTO MARTINS FILHO 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Julgamento: 05/11/2013, Publicado no DJE: 12/11/2013. Pág.: 297)[grifei]

Ausente a prova do nexu causal acima mencionado, deve ser afastado o delito esculpido no art. 309 do Código de Trânsito Brasileiro, podendo restar corporifico somente o ilícito administrativo previsto no art. 162, I, da Lei 9503/97, na mesma esteira do que considerou o Órgão Ministerial quanto à imputação do delito de desobediência.

Existindo conflito entre o “jus puniendi” do Estado e “jus libertatis” do cidadão, a balança deverá inclinar-se em favor deste último,

fazendo prevalecer o princípio do “favor rei”, sendo certo que tal postulado encontra-se na regra do artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, que impõe a absolvição quando for a prova insuficiente.

Ante o exposto, requeiro a absolvição do réu com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

LOCAL, DATA.

FULANO DE TAL

***DEFENSOR PÚBLICO***